

Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial

*Hugo Menezes Neto*¹

Universidade Federal de Pernambuco

*Thiago Barcelos Soliva*²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: Este artigo se ocupa das tensões e disputas em torno da noção de patrimônios LGBTQIA+ no contexto brasileiro. A reflexão a seguir recairá na difícil inserção desse tema no debate patrimonial e no campo museal, à revelia de uma história marcada pela produção de materialidades, registros significativos da experiência social dos detentores/produtores desses patrimônios. Buscaremos, como contrapartida, discorrer sobre iniciativas exemplares, trilhadas por sujeitos e instituições que têm buscado modular esse debate a partir da linguagem dos direitos humanos e da cidadania patrimonial.

Palavras-chave: patrimônios LGBTQIA+; acervos; cidadania.

MENEZES NETO, Hugo; BARCELOS SOLIVA, Thiago. **Patrimônios LGBTQIA+ : tensões e disputas no campo patrimonial.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (19): 17-32, janeiro a abril de 2022. ISSN: 2358-5587

¹ Professor, e vice-chefe, do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ).

² Professor Adjunto do Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial do Campus Paulo Freire (CPF) da Universidade Federal do Sul da Bahia. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2009), mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e Doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na cidade de Cachoeira.

LGBTQIA+ heritage: tensions and disputes in the heritage field

Abstract: This article deals with the tensions and disputes around the notion of LGBTQIA+ heritage in the Brazilian context. The following reflection will focus on the difficult insertion of this theme in the patrimonial debate and in the museum field, in the absence of a history marked by the production of materialities, significant records of the social experience of the holders/producers of these patrimonies. On the other hand, we will seek to discuss exemplary initiatives, pursued by subjects and institutions that have sought to modulate this debate from the language of human rights and patrimonial citizenship.

Keywords: LGBTQIA+ heritage; collections; citizenship.

Patrimônio LGBTQIA+: tensões e disputas en el campo patrimonial

Resumen: Este artículo aborda las tensiones y disputas en torno a la noción de patrimonio LGBTQIA+ en el contexto brasileño. La siguiente reflexión se centrará en la difícil inserción de este tema en el debate patrimonial y en el campo museístico, en ausencia de una historia marcada por la producción de materialidades, registros significativos de la experiencia social de los poseedores/productores de estos patrimonios. Por otro lado, buscaremos discutir iniciativas ejemplares, impulsadas por sujetos e instituciones que han buscado modular este debate desde el lenguaje de los derechos humanos y la ciudadanía patrimonial.

Palabras clave: patrimonio LGBTQIA+; colecciones; ciudadanía.

Os acervos e patrimônios LGBTQIA+ têm aparecido timidamente nas reflexões antropológicas e museológicas contemporâneas. Sua importância política, contudo, tem sido tematizada em trabalhos de ativistas e pesquisadoras/es, dentro e fora da academia, e por meio de iniciativas de preservação particulares e intuitivas, com pouca ou nenhuma interação com órgãos oficiais e técnicas de conservação. As pessoas dedicadas à temática desenvolvem uma espécie de trabalho solitário, feito, como diria Bruno Brulon Soares (2021), de forma artesanal, tomando para si a responsabilidade de reivindicar narrativas alternativas àquelas tidas como oficiais, que sejam capazes de (re)situá-las na história e potentes o suficiente para as disputas do campo patrimonial.

As dificuldades relacionadas à constituição de patrimônios e/ou acervos LGBTQIA+, marcados pela delicada relação entre segredo e revelação, são agravadas pela ausência de políticas públicas que reconheçam a memória dessa população na chave da cidadania patrimonial (LIMA FILHO, 2015)³ e do direito ao “espaço de aparecimento” (BUTLER, 2019, 2015) na esfera pública, para assim disputar um lugar relevante nos discursos e imagens sobre a sociedade e a nação. Nos conectamos, aqui, portanto, às críticas ao jogo de poder constitutivas da “maquinaria patrimonial” (JEUDY, 2005)⁴, que atua apagando marcas, protagonismos e participações dos grupos sociais oprimidos do conjunto representativo dos bens culturais, tornando-se, por conseguinte, uma frente de produção de “vidas precárias” (BUTLER, 2019)⁵.

Essa situação de dificuldade reflete-se na inércia institucional de órgãos operadores da política patrimonial, como o Iphan, e repete-se na academia. A produção cultural LGBTQIA+, seus registros memoriais e patrimoniais, embora informe conteúdos importantes para pensar a sociedade, parece não caber no “vocabulário do patrimônio” (GONÇALVES, 2012). Apesar da visível ampliação da noção de patrimônio, operada nos últimos anos a partir de uma dinâmica que Regina Abreu (2015) chama de “patrimonialização das diferenças”, os patrimônios LGBTQIA+ mobiliza pouco as/os profissionais do patrimônio e as pesquisas acadêmicas, e não são cobertos pelas políticas públicas patrimoniais.

Dialogando com essas questões, este artigo se ocupa das tensões e disputas em torno da noção de patrimônios LGBTQIA+ no contexto brasileiro. A reflexão a seguir recairá na difícil inserção desse tema no debate patrimonial e no campo

³ Cidadania patrimonial, como defende Manuel Ferreira Lima Filho (2015), se refere à capacidade operativa de indivíduos e grupos para a construção de estratégias de interação com os bens culturais e com as políticas patrimoniais.

⁴ Maquinaria patrimonial, nos termos de Henri Perré Jeudy (2005), grosso modo, corresponde ao conjunto de atores envolvidos com o patrimônio (em suas hierarquias simbólicas e disputas), as operações (tais como conceituação, definição, seleção, patrimonialização, difusão, preservação e salvaguarda), e a gerência dos discursos acerca de bens culturais legitimados como tal.

⁵ A precariedade, nos termos de Judith Butler (2019, 40) é “a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração das redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferentemente expostas ao dano, à violência e à morte”.

museal, à revelia de uma história marcada pela produção de materialidades, registros significativos da experiência social dos detentores/produtores desses patrimônios. Buscaremos, como contrapartida, discorrer sobre iniciativas exemplares, trilhadas por sujeitos e instituições que têm buscado modular esse debate a partir da linguagem da luta por direitos.

Patrimônio LGBTQIA+ em perspectiva

O campo patrimonial se apresenta como um espaço importante de tensões e disputas em torno de ideias como nação e identidade. Nele, orbitam um conjunto de instituições, inclusive internacionais, que interagem diretamente na legitimação do que é considerado patrimônio, bem como na definição de políticas públicas para a sua salvaguarda.

Chamamos de patrimônio LGBTQIA+ materialidades guardadas em instituições ou em espaços domésticos que produzem narrativas, sentidos e valores intersubjetivos acerca da experiência social das pessoas LGBTQIA+, desse modo, conformando ainda uma dimensão imaterial e memorial. Documentos, fotos, objetos entre outras “coisas” (INGOLD, 2012) com a capacidade de rememorar vivências tensionando o jogo patrimonial de lembrar e esquecer, construindo “re-narrações” (DAS, 2020), narrativas contadas a partir daquelas tidas como oficiais, elaboradas em um campo de significados já dado, logo, conectadas menos com a liberdade de criação do que com o compromisso político da revisão histórica e da restituição dos sentidos propositalmente despontencializados.

O debate sobre patrimônios LGBTQIA+ que pretendemos iluminar não está a serviço das premissas conservacionistas do campo patrimonial, ao contrário. Entendemos que é preciso reconhecer como bens culturais, artísticos e históricos, os vestígios documentais, os lugares e as personagens importantes para a experiência social e, também, para a luta pela garantia de direitos e por cidadania dos produtores/detentores desses patrimônios. Tal reconhecimento não se resume ao desejo, ou fetiche, por conservar materialidades do passado, mas, reflete, fortemente, o intuito de reparação patrimonial que se pretende histórica e decolonial, reposicionando os sujeitos políticos, suas narrativas e feitos importantes para história nacional e para a memória⁶. Como efeito advertido dessa reparação e reposicionamento, sintetizados na consolidação da cidadania patrimonial, desarmase um braço da operação de precarização da vida das minorias sociais. Estamos falando da dinâmica de vida e morte de um país que registra as maiores taxas de violência contra a população LGBTQIA+ no mundo.

O debate levantado fundamenta-se em três premissas que se convertem em eixos articulados: 1. O patrimônio legitimado é forjado por moralidades conservadoras, portanto, não reflete a real participação/colaboração dos sujeitos LGBTQIA+ para a história, tampouco para a dinâmica social e a vida cultural do Brasil; 2. A ausência das narrativas e memórias LGBTQIA+ resulta, e ao mesmo

⁶ Segundo Regina Abreu (2015), historicamente, os processos de patrimonialização estão intimamente ligados a tentativa de reconstrução do passado da nação. Essa reconstrução se articula a uma busca de produzir representações sobre a nação tomada como uma totalidade (GONÇALVES, 2007). José Reginaldo Gonçalves chama a atenção para a forma materializável que a noção de cultura assume nesse contexto – ela é pensada como coisa a ser preservada (GONÇALVES, 1988). Partindo dessas concepções, as políticas públicas de patrimônio refletiam uma preocupação com a “autenticidade”, diria Gonçalves (1988), capaz de fazer existir a nação como uma unidade real, materializada ou expressa nesses bens oficialmente reconhecidos. As implicações dessa forma de pensar o patrimônio nas práticas de preservação estavam exclusivamente referidas ao tombamento de bens arquitetônicos, os patrimônios de “pedra e cal” (LONDRES, 2017). As discussões sobre o patrimônio imaterial, no ensejo da atuação da UNESCO e da aproximação da noção de patrimônio com o conceito antropológico de cultura, marcam uma virada nos debates das políticas públicas patrimoniais.

tempo produz, a LGBTfobia estrutural que forja a sociedade brasileira e opera as escolhas dos signos a serem celebrados na esfera pública; 3. Os acervos individuais trancados nos armários domésticos ou de instituições públicas, em sua dimensão metonímica, falam sobre os sujeitos LGBTQIA+ tanto quanto sobre coletividades as quais pertencem e os desafio que enfrentam.

Chamamos atenção para a dimensão patrimonial dos acervos de representantes de movimentos sociais, coletivos artísticos ou de lideranças políticas envolvidas com a defesa da diversidade sexual, produzidos ao longo de anos. Eles informam sobre a seleção e salvaguarda de rastros de uma vida, de histórias não contadas ou alijadas propositalmente da esfera pública. Esse trabalho de memória ancorado em práticas de “arquivamento do eu”, diria Philippe Artières (1998), tem se constituído como um importante dispositivo de resistência. Bruno Brulon Soares (2021) chama esses esforços de “ativismo memorial”.

Philippe Artières (1998) ao se debruçar sobre as práticas de arquivamento do eu chama atenção para o caráter autobiográfico que essas práticas encerram. Longe de figurar como práticas que articulam processos de objetivação e sujeição, as práticas de arquivamento do eu, diria o autor, celebram movimentos de subjetivação. Em suas palavras:

Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÈRES, 1998: 11)

Tomada como um dispositivo de resistência, os “arquivos do eu” constituem um processo plural e constante de elaboração de identidades. A construção de arquivos pessoais - elaborados no curso da vida de maneira intuitiva, sem técnicas de conservação e que podem vir a público em vida ou depois da morte de seus/suas donos/as - institui um processo de contestação das representações que são formuladas e reproduzidas sobre a experiência de pessoas LGBTQIA+. Nos interessa reter dessa reflexão acerca das práticas de arquivamento do eu, o seu caráter de “dispositivo de resistência”, nos levando a pensar os arquivos pessoais, sobretudo da população LGBTQIA+, como práticas necessárias para fazer frente às opressões arquivísticas e patrimoniais (SOARES, 2021). De acordo com este autor, os acervos LGBTQIA+ são a combinação dos arquivos pessoais, que guardam a memória afetiva e às vezes temerosa de uma revelação inesperada, com o ativismo memorial, este diretamente ligado à politização desses arquivos.

Consciência arquivística e ativismo memorial: o caso dos jornais das turmas

A consciência arquivística da população LGBTQIA+, como dobra do processo de produção de novas narrativas sobre a experiência social desses sujeitos, parece ter se constituído de forma concomitante ao surgimento dos espaços de sociabilidade homossexual nas décadas de 1950 e 1960⁷. Um exemplo importante, desse período foram os jornais artesanais produzidos pelas “turmas de bichas” que se reuniam em apartamentos e outros espaços de cidades como o Rio de Janeiro.

⁷ Discordamos de Chantraine e Soares (2021) ao se referir ao que chamam de “reconquista da memória LGBTI+” a partir da primeira onda do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Uma complexa e codificada interação social entre pessoas homossexuais já vinha sendo abundantemente documentada nos jornais artesanais, em período bem anterior a formação do MHB.

Green (2000) destaca uma grande quantidade de jornais nesse período. Circulavam no Rio de Janeiro, por exemplo: O Snob (Rio de Janeiro, 1963), Subúrbio à noite (Rio de Janeiro, 1966), Edifício Avenida Central⁸ (Rio de Janeiro, 1966), Darling (Rio de Janeiro, 1968), O Bem (Rio de Janeiro, 1966), La Saison (Rio de Janeiro, 1970), Opinião (Rio de Janeiro, 1968), Cinelândia à noite (Rio de Janeiro, 1966), Zona Norte (Rio de Janeiro, 1963), Vagalume (Rio de Janeiro, 1964).

Cada “turma” tinha um jornal por meio do qual mantinham seus membros informados e articulados com aqueles que participavam de outras turmas. Os jornais artesanais não estavam apenas nos grandes centros urbanos, eles circulavam também em pequenas cidades do interior do estado, assim como em outras localidades de variados estados brasileiros. Desse modo, Campos dos Goytacazes e Niterói tinham publicações semelhantes àquelas produzidas no Rio, como *Le Sophistiqué* (Campos, 1966), *O Vedete* (Campos, 1962), *O Estábulo* (Niterói, 1966), *O Mito* (Niterói, 1966) e *Os Felinos* (Niterói, 1967).

Estados como Bahia e Rio Grande do Sul também possuíam esse tipo de publicação circulando entre os espaços de sociabilidade de homens quem mantinham práticas sexuais dissidentes. Na Bahia, particularmente em Salvador, havia um número expressivo de jornais, muitos deles editados por Waldeilton Di Paula, jornalista responsável por *Fatos e Fofocas* (1963), jornal que contava com uma única edição que circulava de mão em mão até voltar ao seu ponto de origem. Essa iniciativa durou até 1967 (LIMA, 2001). Em Salvador editavam-se ainda *Gay* (Salvador, 1967); *Gay Society* (Salvador, 1967); *Zéfiro* (Salvador, 1967); *Baby* (Salvador, 1967); *O Tiranhinho* (Salvador, 1970) e *Little Darling* (Salvador, 1970). Todas essas publicações davam destaque para as fofocas da rede de sociabilidade homossexual baiana. Somente *Little Darling*, com uma tiragem de 100 exemplares, tinha um espaço dedicado à crítica de teatro e cinema e também para os acontecimentos de interesse de pessoas homossexuais ocorridos fora da Bahia. Esse jornal passaria, em 1978, a se chamar *Ello* (LIMA, 2001). Essas publicações foram importantes instrumentos de mobilização em um período nada sensível à formação de grupos organizados, sobretudo de “bichas”.

Outra importante função desses jornais foi a de levar informações do “mundo entendido”⁹ às “bichas” que viviam fora dos grandes centros urbanos, os quais não contavam, em suas cidades, com o entretenimento que as localidades maiores podiam oferecer. Ter acesso a essas publicações os colocava diante de uma ampla gama de informações acerca do que acontecia no “gueto”, fortalecendo seus laços de solidariedade com os que moravam na cidade.

Esses jornais apontam para a construção de um espaço relacional, ao mesmo tempo em que produziam documentos sobre os valores e códigos compartilhados por esses grupos, e ainda, como desdobramento, produzia uma “cartografia gay” (PERLONGHER, 1987) dessas cidades por onde circulavam. Essas publicações apresentavam ainda para o público leitor um cardápio variado de espaços que incluía “pontos de pegação”¹⁰, praias, festas e bares, locais onde poderiam encontrar amigos ou eventuais parcerias sexuais.

⁸ O Edifício Avenida Central e suas adjacências foram espaços que permitiam encontros sexuais furtivos entre homens nesse período. O edifício também oferecia um local para encontrar amigos, sendo realizadas várias reuniões nas suas imediações (FIGARI, 2007).

⁹ A noção de “mundo entendido” se refere tanto às “bichas” quanto aos “bofes” que circulavam por esse universo. No contexto da década de 1970, ela também englobará os chamados “entendidos”. Trata-se de um conjunto de códigos e espaços estruturados por uma rede de sociabilidade que se articulava essas pessoas.

¹⁰ Lugares para encontros sexuais furtivos.

O Snob foi o jornal de maior duração, foi publicado de 1963 a 1969. De acordo com Agildo, seu idealizador, o veículo não tinha uma intenção claramente política, era antes utilizado para divulgar os eventos e fofocas do “mundo entendido” (SOLIVA, 2012). As questões políticas, tanto as relacionadas à homossexualidade quanto aquelas que se ligavam ao contexto político-social mais amplo, eram evitadas. A ideia, segundo Agildo¹¹, era muito mais promover a comunicação do que tomar partido das questões da época, sobretudo aquelas ligadas ao regime militar.

Mesmo se esquivando de temas político-sociais, essas publicações compõem uma primeira iniciativa de “arquivamento do eu” de grupos marcados pela clandestinidade e marginalidade. Os códigos culturais relativos à gestão da homossexualidade passam a ser divulgados e compartilhados por todos a quem chegavam essas publicações: constituía-se, assim, um acervo das práticas homossexuais em primeira mão e anos depois se converte em um material de extrema relevância para a história da experiência social das pessoas LGBTQIA+.

Os jornais constroem, dessa forma, uma outra narrativa acerca das práticas homossexuais, até então marcadas pelo discurso médico-legal da virada do século XIX para o XX. Os trabalhos de Green (2000) e Green e Polito (2006) chamam a atenção para a ausência de fontes em primeira mão sobre corpos dissidentes das convenções de gênero e sexualidade no período anterior às décadas de 1950 e 1960. Os documentos médicos foram nesse período a via de acesso principal para conhecer a existência dessas práticas, bem como suas formas de sociabilidade. Trabalhos como os de Leonídeo Ribeiro¹², Edmur de Aguiar Whitaker¹³, Francisco José Viveiros de Castro¹⁴ e outros, se debruçaram sobre o que era considerado um “problema” de ordem pública que supostamente comprometia os destinos da jovem república e um desenvolvimento social saudável (GREEN, 2000; FIGARI, 2007).

A ditadura marcou uma ruptura importante nessas práticas de arquivamento possibilitada pelos jornais artesanais. Com o clima político nada favorável, o Snob deixa de circular em 1969. De acordo com Green (2000), o motivo principal do fim do jornal foi o medo compartilhado por esses homens de serem confundidos com militantes de esquerda, brutalmente reprimidos pelo regime militar. O arrefecimento das turmas e a extinção de jornais, como O Snob, nublaram as práticas de arquivamento do eu, conseqüentemente de produção de memória produzida por pessoas homossexuais. Apesar da relevância histórica dos jornais citados por James Green¹⁵ (2000), não há notícias da conversão desse material de grande valor histórico e de musealidade¹⁶ (valor como peça para objeto de museu) em acervos das instituições públicas, tampouco de reconhecimento de sua dimensão patrimonial¹⁷.

Por outro lado, outras iniciativas que embora não sejam reconhecidas em sua importância patrimonial foram devidamente arquivadas e atualmente podem ser acessadas, como é o caso do *O Lampião da Esquina*. Esse jornal surgiu em um

¹¹ As entrevistas realizadas com Agildo Guimarães foram cedidas por Rogério da Costa. Elas ocorreram em duas ocasiões: 09 de fevereiro de 2008 e 12 de setembro de 2009, totalizando duas horas e trinta minutos de conversas (SOLIVA, 2012).

¹² *Homossexualismo e endocrinologia* (1932).

¹³ *Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo: aspectos de sua vida social, costumes, hábitos, “apelidos”, “gíria”* (1938-1939).

¹⁴ *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (1934).

¹⁵ Em decorrência de suas pesquisas, James Green poder ser um exemplo de detentor de um vasto patrimônio LGBTQIA+, uma vez que em decorrência de suas pesquisas produziu um acervo de grande valor patrimonial, incluindo registros documentais, fotográficos e sonoros de ativistas históricos, reconhecidos na luta pelos direitos de pessoas LGBTQIA+.

¹⁶ Valor atribuído a objetos e documentos que compõe os acervos dos museus.

¹⁷ Exemplares podem constar nos acervos de ativistas como Paulo Fatal, da Turma OK, e Miriam Martinho, ativista histórica do Grupo Somos, além do acervo de Luiz Mott, cedido para algumas instituições como o Acervo Bajubá.

outro contexto, agora marcado por uma geração de pessoas homossexuais que passam a reivindicar outros regimes discursivos referidos à homossexualidade.

Em 1978, é lançada a edição zero do jornal *O Lampião da Esquina*, com um formato diferente daquele adotado pelas antigas publicações das Turmas de homossexuais. A ideia surgiu de um grupo de intelectuais reunidos por João Antônio Mascarenhas para entrevistar Winston Leyland, editor da revista gay norte-americana *Gay Sunshine*, para o jornal *O Pasquim*. Winston estava no Brasil com o objetivo de reunir material para compor uma antologia de contos com a temática homossexual em países latino-americanos. A proposta era trazer uma discussão política associada ao humor ácido e irônico característico da cultura *camp*. Apesar de ter como foco o público homossexual, o jornal tratava de uma ampla variedade de temas ligados às chamadas “minorias”, veiculando várias matérias de interesse para as mulheres, negros, grupos indígenas e para o movimento ecológico.

A distribuição dessa publicação não era feita como a dos jornais da década de 1960. O veículo era distribuído em bancas espalhadas pelo país, ao contrário do “mão em mão” dos jornais caseiros anteriores. Sua produção também seguia uma lógica industrial. O jornal *O Lampião* teve forte impacto na construção do movimento homossexual brasileiro, fazendo circular ideias libertárias em relação à sexualidade. Muitos dos que participaram da construção do conteúdo dessa publicação também transitavam pelas reuniões do Grupo Somos, fundado em 1979. Esse grupo marcou o surgimento do moderno movimento gay organizado no país, o qual reunia uma rede de indivíduos, sobretudo homens da classe média intelectualizada. Essas pessoas se mantinham informadas sobre o que estava acontecendo em outros países, mormente em relação aos Estados Unidos. João Antônio Mascarenhas foi o exemplo emblemático dessa geração de ativistas, tendo sido o primeiro assinante no Brasil da revista *Gay Sunshine* (CÂMARA, 2002), que divulgaria ideias relacionadas à liberalização sexual.

O surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) marcou uma inflexão importante nas práticas de arquivamento de si entre pessoas homossexuais. Muitas lideranças desse movimento passaram a compor verdadeiros inventários sobre a homossexualidade que reunia revistas, cartas, obras de arte, literatura e outros documentos pessoais. Esse material, de acervos individuais e coletivos, deve estar preso em diversos armários espalhados pelo país pertencentes aos sujeitos políticos ligados ao movimento.

Podemos perceber que a preocupação com as práticas de arquivamento de si passa a compor o repertório ativista das/dos integrantes do MHB no final da década de 1970. Entretanto, a transposição desses documentos pessoais em documentos políticos só começou a encarnar essa “vontade de memória” (SOARES, 2021), com o surgimento da Aids entre as décadas de 1980 e 1990. Conforme Chantraine e Soares (2021), a crise provocada pela Aids implicou uma conexão entre a experiência coletiva da morte e a necessidade de lembrar.

Investidos desse sentimento de medo de desaparecimento que a Aids provocou, o ativismo LGBTQIA+ passou a reivindicar políticas de memória e de musealização de acervos que informavam sobre a experiência desses sujeitos. De acordo com Soares (2021), as primeiras iniciativas internacionais de construção de arquivos e museus LGBTI+ foram o *GLBT Historical Society*, em São Francisco, Estados Unidos, e o *Schwules Museum*, em Berlim, Alemanha, ambos em 1985. No Brasil, as iniciativas de promover a institucionalização dos acervos LGBTQIA+ parecem estar relacionadas a doação de acervos pessoais, de militantes e

coletivos, à arquivos de universidades públicas. Talvez em uma tentativa de assegurar sua preservação no contexto marcado por moralidades rígidas, em uma instituição que pode preservar, mas também produzir dados e narrativas sobre a referida experiência, tanto quanto catapultar à esfera pública esse novo repertório memorial.

A doação do acervo de João Antônio Mascarenhas, ativista histórico do MHB e um dos fundadores do grupo Triângulo Rosa¹⁸, é um exemplo importante dessa dinâmica. O acervo foi doado espontaneamente ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, pelo ativista em março de 1989. Essa documentação fala sobre a vida do ativista e ao mesmo tempo ajuda a compreender importantes momentos da história das homossexualidades, bem como do Brasil contemporâneo: a Campanha contra o Código 302.0, que despatologizou a homossexualidade; a participação do Triângulo Rosa no processo Constituinte, que reivindicou a inserção da “orientação sexual” na constituição de 1988 e o Processo contra o *Lampião da Esquina*, um registro importante da sistematicidade da perseguição à pessoas homossexuais durante a ditadura militar (QUINALHA, 2021).

Atitude semelhante foi tomada por Agildo Bezerra Guimarães em relação ao seu acervo pessoal que oferece uma compreensão importante do período anterior a formação do MHB. O acervo foi doado por Agildo, em 1995, ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP. Atualmente, esses documentos compõem o fundo “Turma OK”. Além de possuir a jornal *O Snob*, o conjunto reúne correspondência interna e outros documentos que eram enviados aos associados da Turma OK: material impresso como panfletos, recortes de jornais e textos de outros grupos homossexuais.

Considerando esses fundos, bem como outros acervos LGBTQIA+, o Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, compõe o maior acervo público de jornais da imprensa homossexual dos anos 1960, assim como documentos que narram o processo de construção e as agendas políticas do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em fins da década de 1970 (COLAÇO, 2021). O Arquivo possui ainda outros acervos importantes, como aqueles doados por outros ativistas históricos, como Peter Fry, antropólogo que participou da construção do jornal *O Lampião da Esquina*, e Edward MacRae, integrante do Grupo Somos, autor de um importante trabalho que retoma a história desse grupo no período da redemocratização (MACRAE, 2018). Parte do acervo do Grupo Gay da Bahia (GGB)¹⁹ também compõe o Arquivo.

Plataformas de constituição de acervos: museus e outras experiências

Luiz Mott, fundador do GGB, também ativista histórico do movimento LGBTQIA+, tem sido uma figura central no processo de politização dos patrimônios, acervos e arquivos LGBTQIA+ no Brasil. Cabe a ele a primeira proposta de museu dedicado a temática da sexualidade, o Museu da Sexualidade, sediado na cidade de Salvador, Bahia, em 1989. Os pesquisadores dedicados à interface entre museus e diversidade sexual, Tony Boita e Jean Baptista, consideram a museologia brasileira, e o campo museal, pudica e assexuada, uma vez que não reconhecem

¹⁸ Trata-se de um grupo ativista do Rio de Janeiro fundado na década de 1980.

¹⁹ Segundo informações retiradas do site da instituição, o Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, fundada em 1980. Atualmente, O GGB é uma entidade guarda-chuva que oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares especialmente no combate a homofobia e prevenção do HIV e Aids. Mais informações ver: <https://grupogaydabahia.com/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>

a potência dos patrimônios LGBTQIA+ e a importância da discussão social que podem suscitar na esfera pública. Segundo eles, esses patrimônios quando musealizados legitimam a diversidade sexual como marco da cultura brasileira, “bem como se apresenta a possibilidade de que não se pode pensar a cultura nacional sem a presença dos LGBT” (BAPTISTA e BOITA, 2017: 112). Os autores destacam como ações relevantes, além do Museu da Sexualidade, a criação do Ponto de Memória LGBT (Maceió-AL, 2012) e do Museu da Diversidade Sexual (São Paulo-SP, 2012) – além de exposições pontuais acerca de temáticas concernentes ao universo LGBTQIA+ em diversos museus do país.

Para além dessas poucas ações no campo museal, o “ativismo memorial” LGBTQIA+, nos termos de Soares (2021), se organizou a partir de ações atomizadas. No final da primeira década dos anos 2000, essas ações ganharam visibilidade através de iniciativas virtuais e de construção de acervos com recursos próprios de militantes, ativistas, coletivos e movimentos políticos. Colaço (2021), em um esforço de contextualização do tema, elenca esse conjunto de iniciativas ao qual chamou de “ações orgânicas”, sem financiamento, que começaram a ganhar materialidade no período citado. Dentre essas iniciativas ganham destaque: o blog Memória & Histórias das Homossexualidades²⁰ (2009) e o Acervo Bajubá²¹ (2010).

O blog Memória & Histórias das Homossexualidades (2009), constitui uma iniciativa da ativista e pesquisadora Rita Colaço. Esse veículo além de divulgar e valorizar as histórias e narrativas de pessoas LGBTQIA+, vem protagonizando campanhas, como a *Dignidade também pós-morte*, cujo foco é evitar a violência pós-morte de pessoas LGBTQIA+, através do acesso facilitado à lavratura de testamento e declarações antecipadas de vontade, nas quais se possa salvaguardar possíveis documentos, objetos e roupas que sejam importantes à constituição do patrimônio LGBTQIA+.

Outra iniciativa importante diz respeito ao Acervo Bajubá, constituído em 2010, com recursos particulares. Hoje, esse acervo conta com um número expressivo e variado de itens relacionado à cultura LGBTQIA+: livros, LPs, revistas, entre outros itens. Desde 2019, o Acervo ocupa um espaço dentro da Casa Um, entidade da sociedade civil que acolhe jovens de 18 a 25 anos expulsos de casa devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Como desdobramento da interação entre diferentes ativistas e pesquisadoras/es engajadas/os nas pesquisas sobre memória LGBTQIA+, surge em 2020 o primeiro museu virtual dedicado à tal memória, o Museu Bajubá. Com uma proposta inovadora, o Museu Bajubá busca musealizar os territórios citadinos historicamente ocupados pelas pessoas LGBTQIA+ a partir de roteiros dedicados a cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Campos dos Goytacazes, Belo Horizonte e São Paulo.

Além dessas “ações orgânicas”, Colaço (2021) chama atenção para existência de “ações subvencionadas”, quais sejam: a criação do Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott, pelo grupo Dignidade, em Curitiba (2007); do Museu da Diversidade Sexual (MDS), em São Paulo (2012) e da Revista Memória LGBT²². Cabe destacar a importante iniciativa do Grupo Dignidade, em Curitiba, que em 2011 disponibilizou na sua página na internet todos os números do jornal O Lâmpião da Esquina digitalizados.

²⁰ <https://memoriamhb.blogspot.com/>

²¹ <https://acervobajuba.com.br/>

²² Mais detalhes sobre a Revista Memória LGBT, ver BOITA & DUARTE CÂNDIDO, 2020.

Colaço (2021) aponta para mudanças na agenda do ativismo no que diz respeito aos acervos LGBTQIA+ no final da primeira década de 2000. Se no passado não tão remoto, as universidades foram formas encontradas pelos ativistas para manter a salvo seus arquivos pessoais, no contexto atual a parceria entre ativistas e universidades tem propiciado a formação de centros de documentação dedicados à memória e ao patrimônio LGBTQIA+. Esse é o caso do Centro João Antônio Mascarenhas de Memória do Ativismo LGBTI, constituído em 2018 a partir dos esforços do POC'S (Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças) da FAE/UFPEL; do GEPSs (Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades) do Centro de Educação/UFES; e do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT (Rio de Janeiro). O Centro João Antônio Mascarenhas constitui um espaço importante de identificação, organização, guarda, análise e difusão de informações e memórias sobre o ativismo LGBTI brasileiro produzidas a partir da pesquisa pautada na história oral. Um dos desdobramentos importantes desse projeto foi a construção do documentário “Quando Ousamos Existir”, que registra a memória das últimas quatro décadas de movimento LGBTI.

A parceria entre movimentos social e universidade pública também está presente na construção do projeto Museu em Movimento LGBT, criado em 2019, fruto da combinação de esforços entre o Grupo de Museologia Experimental e Imagem (MEI) da UniRio e do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT. O foco do projeto é trabalhar junto ao acervo do Grupo na perspectiva de preservar e divulgar a história do movimento LGBT no Rio de Janeiro.

Problemas são rotineiros para ativistas e pesquisadoras/es interessadas/os na constituição, difusão e análise dos patrimônios em tela. Como chama atenção Colaço (2021), tal qual Boita e Baptista (2017b), a persistência da invisibilidade do tema nos “lugares de memória” (como arquivos, museus etc) implica em um conjunto de práticas de esquecimento que envolvem falta de conservação, ausência de sistematização de fontes, destruição de fontes e dificuldades de preservação dos acervos de interesse da população LGBTQIA+. Vieira (2021), por exemplo, aponta a persistência dessa invisibilidade relacionada à aquisição de acervos museológicos LGBT em instituições museais como o Museu Paulista. O autor chama atenção para o olhar heterocentrado que marca as escolhas do que vai ser adquirido e exposto pelas instituições museais.

Os limites da participação das universidades públicas e entidades acadêmicas

Se as universidades públicas têm oferecido um espaço institucional propício a construção de centros de documentação LGBTQIA+, essa negociação não tem sido tão fácil entre as entidades que fazem parte da cadeia patrimonial, como é caso da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). As aproximações com essas entidades têm sido marcadas por atravessamentos e negociações que revelam muito sobre o lugar social dos patrimônios LGBTQIA+ dentro desses espaços.

Um esforço crítico tem sido agenciado por um conjunto de historiadoras e historiadores organizados na Rede Nacional de Historiadores/as LGBTQIA+. Essa rede foi responsável pela proposição de simpósios temáticos no 30º Simpósio Nacional de História: “Clio ‘saí do armário’: Homossexualidades e escrita da História”, e no 31º Simpósio Nacional de História: “Clio saiu do armário: LGBTQIA+s e escrita da História”. Ambos os eventos tinham como foco denunciar o silêncio da historiografia brasileira acerca das homossexualidades.

No âmbito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), as iniciativas com vistas a problematizar o silêncio em torno dos patrimônios e memória LGBTQIA+ são ainda mais recentes. Um exame dos Relatórios de Atividades do Comitê Patrimônios e Museus nas últimas duas gestões da ABA (Gestão 2017-2018 / Gestão 2019-2020) revelam o esvaziamento do tema dentro da Associação. Os relatórios permitem observar como as ações e iniciativas do Comitê refletem o compromisso com o novo vocabulário do patrimônio (GONÇAVES, 2012), englobando: patrimônio afrodescendente, patrimônio indígena, patrimônio urbano, museus indígenas e museus comunitários. Contudo, a única tentativa de discutir patrimônios LGBTQIA+ esteve limitada a uma sessão intitulada “Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: gênero, sexualidade, raça e patrimônio”, coordenada pela antropóloga Regina Facchini²³, na “Mesa Redonda: Cientistas sociais, políticas públicas e patrimônio cultural: os primeiros efeitos da crise”, no contexto do 41º Encontro Anual da Anpocs, em 2017.

Somente em 2021, o tema retornaria à agenda de atividades da ABA. Esse retorno se deu a partir de dois webnários transmitidos pela TVABA no *YouTube*: “Patrimônios LGBTQIA+ - como estamos?” e “Experiências de preservação e comunicação de acervos LGBTQIA+”, organizados por Rita Colaço, Thiago Soliva e Hugo Menezes Neto na perspectiva de politizar o tema dentro da Associação. Os eventos reuniram pesquisadoras/es e ativistas interessadas/es na temática que discutiram a importância e a pujança das experiências de construção de arquivos e acervos LGBTQIA+ em diferentes instituições. Naquela ocasião ocorreu ainda a ocupação do perfil da ABA no *Instagram* com informações, dados, sugestões bibliográficas e filmicas sobre o tema. Essas iniciativas foram possíveis em função da articulação de ativistas que acionaram o Comitê Patrimônios e Museus da ABA reivindicando a inclusão da pauta nas atividades da Associação.

O que o conjunto desses dados nos permite inferir é que apesar do alargamento evidente do vocabulário do patrimônio nos últimos anos decorrente do processo de “patrimonialização das diferenças”, ainda há muito a ser realizado no Brasil com vistas a politização dos discursos sobre os patrimônios LGBTQIA+.

Considerações finais

A elite política brasileira – homens brancos, cisgêneros e heterossexuais – é a mobilizadora mais poderosa da maquinaria patrimonial. Ela definiu quais elementos seriam investidos de significados generalizantes a se tornarem patrimônios nacionais, e ainda quais os personagens do nosso passado colonial, LGBTfóbico e genocida, devem ser homenageados e celebrados nas instituições legitimadoras, como os museus, e nos espaços públicos. O princípio de reflexividade (JEUDY, 2005), esse gesto coletivo e institucionalizado de olhar-se no espelho, que é um dos motores da lógica patrimonial, sofre de saturação devido a insurgência de novos debates atrelados à gestão das diferenças. O patrimônio não pode mais ser lido por cima dos marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade e classe social. As reivindicações por novas formulações de reconhecimento público, por meio da patrimonialização de conjuntos materiais e memórias antes presas nos armários, ao fim, também demandam a destituição dessa elite da condução dos processos e a ascensão urgente das pessoas LGBTQIA+ como protagonistas das escolhas das materialidades patrimonializáveis ou musealizáveis.

²³ Participaram da atividade: debatedoras/es: Marcia Lima (USP), Flávia Biroli (UnB); Expositores/as: Júlio Simões (USP) e Isadora Lins França (Unicamp), Lorenzo Macagno (UFPR), Izabela Maria Tamaso (UFG).

Em outras palavras, a arena de disputas simbólicas acerca do que deve nos representar como bens culturais legitimados é aquecida com as reivindicações politizantes e emancipatórias oriundas das lutas em defesa da diversidade sexual e dos direitos da população LGBTQIA+. Ao passo em que esses sujeitos re-narram a história e projetam novas memórias coletivas nos “espaços de aparecimento”, devem pleitear os lugares de decisão para assim exigir que a diversidade sexual e de gênero seja uma constituinte irrefutável da patrimonialização e da musealização dos bens culturais. Ocupando o lugar de co-gestores da maquinaria podem exigir ainda que as políticas públicas de patrimônio sejam atreladas à salvaguarda da vida dos grupos sociais mais vulneráveis, impactados pelo preconceito e pela intolerância estrutural.

Nesses termos, a visibilidade e a valorização dos acervos LGBTQIA+ fazem parte do enfrentamento aos processos de indução da condição de vida precária forjados por meio das práticas de Estado que operam na lógica do apagamento das memórias individuais e coletivas da população e do movimento LGBTQIA+, com vistas ao apagamento de própria existência e relevância histórica dos sujeitos e suas lutas políticas; vulnerabilizando-os e desarticulando-os. O reconhecimento de tais acervos - leia-se mapear, acolher, legitimar, proteger legalmente, preservar e difundir – por parte das instituições mostra-se uma medida para a consolidação da cidadania patrimonial, a luta pelo direito à memória, a e reparação histórica confrontando narrativas estabelecidas e reposicionando protagonismos.

Recebido em 1 de abril de 2022.

Aprovado em 30 de abril de 2022.

Referências

- ABREU, Regina. “A patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil”. In: TARDY, Céline; DODEBEI (orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Brasil/França: OpenEdition Press, 2015.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, 11 (21), 1998.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, 5: 108-119, 2017.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia comunitária, comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Ventilando Acervos*, 1: 132-146, 2017b.

BOITA, Tony; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina. Memória LGBT em revista: um periódico na luta contra a Invisibilidade. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST*, 13 (2), 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e Política das Ruas: Notas para uma teoria performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CHANTRAINE, Renaud; SOARES, Bruno Brulon. Introduction. *Museum International, LGBTQI+ Museums*, 72 (3-4): 1-13, 2020.

DAS, Veena. *Vida e Palavras. A Violência e sua Descida ao Ordinário*. São Paulo: Editora da Unifesp. 2020.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro (séculos XVII ao XX)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, 01 (02): 264-275, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Os museus e a representação do Brasil”. In: GONÇAVES, José Reginaldo Santos (Org.). *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente”. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

INGOLD, Tim. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18 (37): 25-44, 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2005.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

LIMA, Marcus Antônio Assis. *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRESA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira Lima. Cidadania patrimonial. *Anthropológicas*, 26 (2): 134-155, 2015.

LONDRES, Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2017.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão contra a comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. Cidadania cultural LGBT: um direito sem efetividade. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10 (20): 82-101, 2021.

SOARES, Bruno Brulon. Arquivos do indizível: notas para um mapeamento de acervos da memória LGBTI+ no Brasil. *Anais do 31º Simpósio Nacional de História*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2021.

VIEIRA, Leonardo da Silva. Papéis sexuais no acervo do Museu Paulista. *Cadernos de Sociomuseologia*, 61 (17): 149-169, 2021.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
*artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).*
*Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site*